

Economia - Brasil

Combate à crise

No cenário econômico brasileiro há uma posição comum a todos os setores da sociedade e que é a pedra de toque do presidente Sarney: a recusa à recessão. Empresários e líderes dos assalariados se encontram e se colocam de acordo sobre este item. O presidente da República faz desta recusa o fundamento de seu governo.

Existe a consciência de que uma recessão hoje, em regime democrático, seria catastrófica. Suas conseqüências não seriam aceitas pelos diferentes segmentos sociais e seria desencadeada uma crise política e social de proporções inimagináveis. E esta é a consciência que orienta o governo do presidente Sarney. Não se pode esperar que esta orientação seja alterada.

São poucos os brasileiros que pensam que um processo recessivo seria positivo, poderia sanear nossa economia e colocar as reações com nossos parceiros econômicos em bases mais sadias. Os que pensam assim se colocam fora da realidade e não diferenciam a atual situação econômica internacional daquela que existia há alguns anos.

Hoje é todo o sistema de intercâmbio internacional que está em crise e uma recessão em nosso país resultaria em um retrocesso prolongado em nossa atividade econômica e uma crise social de conseqüências nunca vistas.

Estamos vivendo num mundo em que cada país luta por seus interesses, defende sua posição e conta, para isto, somente com o peso relativo que representa no plano internacional.

Internacionalmente, o confronto de interesses é claro, mas nem por isto o diálogo e a negociação podem ser abandonados. Existe uma interdependência tal que impõe a busca de soluções para os conflitos. Esta foi a posição adotada pelo governo, defendida pela Aliança Democrática. A recusa em pagar a dívida externa às custas da fome do povo é claramente a recusa da recessão como

via de solução dos problemas econômicos que vivemos.

O presidente da República engajou-se num processo de diálogo contínuo com os diferentes setores da sociedade. Recebe sugestões as mais diversas e se coloca na posição de árbitro. Assim fazendo, assume suas responsabilidades constitucionais e se oferece ao julgamento da história. Ele conta desde já com a solidariedade da imensa maioria da nação na sua recusa de adotar medidas que levem o Brasil à recessão.

Seria, entretanto, ingênuo pensar que esta unanimidade se manifeste também na escolha das medidas a serem adotadas. Cada segmento da sociedade propugna por medidas que salvaguardem seus interesses específicos. Cada ator social tende naturalmente a se colocar como o eixo definidor do interesse nacional. Numa sociedade complexa isto é inevitável. Numa democracia esta pluralidade de interesses se manifesta publicamente. É bom que assim seja, pois só na clareza as soluções poderão ser buscadas. Só assim cada segmento social terá consciência dos sacrifícios que lhe serão impostos e como o peso da busca de uma solução será distribuído.

A rigor, não se pode dizer que estejamos num beco sem saída. O problema é muito mais de busca da equidade na solução da crise que de inexistência de remédio. Nestas condições, o governo e o presidente da República, em primeiro lugar, assumem uma grande responsabilidade e têm uma tarefa delicada. Têm de adotar as medidas eficazes, evitando a recessão e convencendo a todos que a justiça estará sendo feita.

Reconhecendo o papel decisivo do presidente e de seu governo no combate à crise, não se pode esquecer que é toda a sociedade que se engaja neste combate. A situação é grave que se acontecer o pior, ninguém ficará ileso.